

MANÁOS

SEC 39592
- 3566 -

MANAUS

MANAUS



ANTONIO JOSÉ
SOUTO
LOUREIRO

Am M
0751



MANAUS PRÉ-PINZONIANA

Desde o início da atual Era Cristã, a região de Manaus, das Lages ao Tarumã Mirim, já era povoada por grupos populacionais portadores de uma significativa cultura material, comprovada pelos extensos jazimentos oleiros e líticos encontrados em toda a margem esquerda do rio Negro, no trecho acima citado, entre os quais destacamos os sítios dos igarapés Mauá e Mauasinho, do Paredão, da Refinaria, da Matriz Velha, da enseada da Ponta Negra e da Tauacuera, à margem direita, da foz do Tarumã Açú.

A gente que se aglomerava nestas paragens era agricultora, cultivando, na terra firme do platô terciário, a mandioca, o milho, a batata doce, a pimenta, o abacaxi, o feijão, o ariá, o tucumã, e outras plantas típicas, tão intensamente, e por tanto tempo, que talvez tenham modificado a vegetação local, criando as atípicas campinas ou catingas do baixo rio Negro. Ao lado da agricultura de roçado, a sua sobrevivência era complementada pelos grandes cardumes sazonais de sardinhas, nas Lages, e de jaraquis, na Ponta Negra, propiciadores de alimentação farta, dando as sobras para a formação de reservas de piracuí. Nas brancas praias de areia fina desovavam milhares de tartarugas, outra importante fonte alimentar. Esta relativa abundância, ajudada pela garantia de um mandiocal em plantio, de outro em crescimento, e de um terceiro em produção, facilitou o aumento demográfico, e criou as condições necessárias para o surgimento das migrações, que ocorreram, levando os povos amazônicos a conquistarem e povoarem as ilhas do Caribe até a Flórida.

Os estudos de Peter Paul Hilbert, publicados entre 1958 e 1968, referentes aos sítios arqueológicos da Refinaria e do

Paredão, revelaram a existência, naqueles locais, de três fases cerâmicas distintas, cuja antiguidade, datada pelos testes do carbono radioativo, estabeleceu a seguinte cronologia, para a cerâmica ali encontrada:

1º) A fase Paredão, a mais antiga, caracterizada por motivos incisos e ponteados, decorada com adôrnos zoomórficos, correspondendo ao horizonte da borda incisa e ocorrida entre 100 a 800 DC.

2º) A fase Guarita, de 600 a 1300 DC, vinculada à tradição policrômica, a qual pertence a famosa fase Marajoara, do Pará, que lhe é contemporânea.

3º) A fase Itacoatiara, a mais recente, de 1000 a 1500 DC, que seria um ressurgimento da fase Paredão.

Representariam estas três fases povos diferentes invadindo o território manauara, em épocas distintas? Ou a evolução de uma mesma etnia sob a influência de vagas culturais alcançando o seu espaço tribal? As futuras descobertas esclarecerão estes fatos.

Contudo, os dados cronológicos apresentados por Hilbert, permitem declarar, sem maiores dúvidas, que o espaço urbano de Manaus, mil e quinhentos anos antes de ser pisado pela gente europeia, já estava ocupado por inúmeras tabas indígenas, precursoras da futura metrópole.

Quando os primeiros europeus aqui aportaram, com Orellana, descobridor do rio Negro, a 3 de junho de 1542; ou com os jesuítas Francisco Velloso e Manuel Pires, em 1657, e Pedro Pires e Francisco Gonçalves, a 15 de agosto de 1658, fundadores da missão do Tarumã; além dessa Tauacuera (Taba Velha) de índios tarumãs, depois transferida para a Tauapeçu (Taba Nova), existiam as tabas dos Remédios, da Matriz Velha (barés?) e do São Raimundo (manau), que, juntas com o fortim de taipa da Barra do

Rio Negro, primeiro estabelecimento português da região, constituíram os focos originadores da futura Manaus.

MANAUS COLONIAL

O fortim, construção simples de madeira e de barro amassado, com quatro peças de artilharia de pequeno calibre, iniciado ou terminado em um dia qualquer do ano de 1669, situava-se à montante da enseada formada pela embocadura de três igarapés, mais tarde denominados dos Remédios, do Espírito Santo e da Ribeira, e era um ponto de passagem obrigatória das tropas de resgates, das expedições exploradoras, dos missionários e das canoas e escunas transportadoras dos produtos utilizados nas trocas com os índios, todos demandando ao rio Negro e ao Solimões, no seu comércio de escravos, no reconhecimento de novas terras e rios, na difusão da religião católica e na aquisição das drogas do sertão. Ali, na praia estendida à beira do barranco, estacionavam as equipagens de índios remeiros, gozando da sua proteção e recuperando as forças, após semanas de viagem a remo e a sirga, desde Belém. Estes pontos de parada para descanso e sono restaurador, equivalentes às pousadas das estradas de terra, estavam estrategicamente dispostos ao longo da calha amazônica, em distâncias equivalentes a um dia de navegação, tanto a remo, como à vela.

A chegada dos embarcações e das novidades trazidas de fora era comemorada pela guarnição e pelos indígenas da taba vizinha, onde, em 1696, foi erguida uma igreja de palha, a Matriz Velha, servindo a este mister por mais de 150 anos, até ser consumida por um incêndio, em 1850.

Sob a vigilância da pequena fortaleza, o número de casas, na sua maioria simples

palhoças, foi crescendo e abrigo uma população de soldados reinos, mestiços e de índios baniuas, passés, barés, muras e manaus, já que os tarumãs há muito haviam sido descidos para o Pará e as suas relíquias fugido para a serra de Tumucumaque. Estes constantes descimentos, além dos resgates, contribuíram para o povoamento de Marajó e da região de Belém, em detrimento do alto Amazonas, mas, apesar d'êste fenômeno, a aldeia da Barra do Rio Negro nunca parou de crescer, ante sua posição estratégica, permitindo apoiar a luta contra a confederação formada por Ajuricaba, com índios do médio rio Negro e baixo rio Branco, para impedir a penetração luso-brasileira, numa encarnizada guerra que deixou como saldo o despovoamento do Negro, com a fuga de inúmeras nações, o quase extermínio dos manaus, e o aparecimento de um herói, encarnando o sentimento regionalista, fatos ocorridos entre 1723 e 1729.

A criação da Capitania de São José do Rio negro, a 3 de março de 1755, instalada na aldeia de Mariuá(Barcelos), em 1757, levou à construção de uma vila planejada, destinada a acolher os plenipotenciários negociadores das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madrid e trouxe novas esperanças de progresso para toda a Amazônia Ocidental. Outras medidas tomadas pelo Gabinete do Marquês de Pombal complementaram aquela iniciativa, muitas delas propostas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do ministro, e seu leal conselheiro para todos os assuntos referentes ao Norte do Brasil, por ele governado. Criou-se o Diretório, dando autonomia aos indígenas; estabeleceu-se a integração racial, incentivada mediante vantagens materiais e fundou-se a Companhia de Comércio do Grão Pará e do Maranhão, estruturada para manter o comércio com

o exterior, garantir a agricultura, defender a região e introduzir os escravos, que substituiriam a mão de obra ameríndia.

O Lugar da Barra foi então suplantado pela vila de Barcelos e, por volta de 1774, segundo Bertino de Miranda, tinha 220 habitantes, incluindo-se entre eles o vigário, o diretor e dez mulheres de mais de noventa anos.

Mas as lutas de fronteiras com os espanhóis continuavam e para melhor dedicar-se aos trabalhos demarcatórios consequentes ao Tratado de Santo Idelfonso, cuja principal área de atrito era o Solimões, Manuel da Gama Lobo Dalmada, capitão mór e comissário das demarcações, mudou-se para a Barra, em março de 1792. Com este evento o povoado cresceu, impulsionado pela utilização do

trabalho indígena explorado pelo Estado. Foram estabelecidas fábricas de sabão, de anil, de velas, e de panos, com 157 índias fiandeiras, duas de redes, uma olaria, um açougue, uma horta, uma ribeira, um engenho e uma nora pública para o abastecimento de água. Para cá foi destacada uma tropa de 300 soldados de linha, determinando a construção de um hospital militar, na ilha de São Vicente.

A extinção do comissariado fez a sede da capitania voltar para Barcelos, em 1799, para só retornar, definitivamente, a 29 de março de 1808. Embora fôsse o centro do governo regional, a Barra continuou no posicionamento de lugar, o que não ocorria com as vilas de Borba, Serpa, Moura, Tomar, Barcelos, Silves, Ega e São Paulo de Olivença.



Cidade da Barra, 1848-1860



Cidade da Barra, 1848-1860

MANAUS DO 1º REINADO E DAS REGÊNCIAS

Com a Independência, a Capitania do Rio Negro não conseguiu a sua transformação em província, permanecendo governada por juntas, até 8 de outubro de 1825, quando foi extinta e anexada à Província do Grão Pará, sob a denominação de Comarca do Rio Negro, com a Câmara de Barcelos representando o Poder Civil; o ouvidor, o Judiciário e um Comandante de Armas. A população do Lugar da Barra não conformada com esta situação secundária, tomando as rédeas do poder, proclamava em 1832, a efêmera Província do Rio Negro, que de abril a agosto desse ano desafiou o Grão Pará, até ser sufocada por uma esquadra formada pelos navios Patagônia, Andorinha e Independência, da Marinha Imperial, que ocupou a povoação, já com duas ruas, distribuídas entre o São Vicente e a Cadetral atual, e 4188 habitantes, vivendo das vendas de pirarucú sêco, manteiga de tartaruga, mixira, anil, tabaco, salsa e piaçaba, para o porto de Belém.

Com o advento do novo Código do Processo Civil, por decreto provincial paraense de 25 de Junho de 1833, criador da Comarca do Alto Amazonas, o Lugar da Barra foi transformado em cabeça da referida comarca, recebendo pela primeira vez o predicamento e nome de Vila de Manaus. Além dela, eram criadas as vilas de Lusea(Maués), Tefé(Ega), e Mariuá(Barcelos), as primeiras da nova fase política.

Nos anos seguintes Manaus sofreu intensamente as alternativas da Cabanagem, violenta guerra civil, que abalou toda a Amazônia, sendo invadida por duas vezes e tendo o seu comércio de trocas totalmente desmantelado. Com o término do movimento e a anistia dos seus participantes, em 1840,

voltou a denominar-se Vila de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, recebendo, em 1843, a visita do primeiro barco a vapor a subir o rio Amazonas, o Guapiacú(Vitória Régia), da Marinha, tipo de embarcação que iria iniciar uma nova era de desbravamento e povoamento do vale.

A 24 de outubro de 1848 foi elevada à categoria de cidade de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro ou, simplesmente Cidade da Barra, possuindo então 170 casas de pedra e de tijolos, três pontes de madeira, a matriz de N.S. da Conceição, a capela dos Remédios, várias lojas de artefatos europeus, 16 ruas, uma praça e 3.850 habitantes, quantidade menor do que antes da Cabanagem.

MANAUS PROVINCIAL

A Província do Amazonas criada pela Lei Imperial nº 582, de 5 de setembro de 1850, apareceu no momento exato em que o Brasil necessitava firmar as suas posições na Amazônia e quando o barco a vapor ia iniciar o desbravamento de rios como o Purus, o Juruá e o Japurá, inteiramente desconhecidos, com os seus seringais nativos indispensáveis ao aumento da produção de borracha, requerido pelo mercado internacional. Não foi por acaso que, no dia seguinte a esse evento, foi formada a Companhia de Comércio e Navegação do Alto Amazonas, do barão de Mauá, também interessada na colonização, seguida pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas. E rapidamente as duas levaram, na proa de seus navios, emigrantes e mercadorias aos mais longínquos rincões amazônicos, como os caminhos de ferro contemporaneamente faziam nas pradarias do Oeste americano.

Foi a partir de Manaus, entre 1852 e 1880, que se verifi-

cou o último movimento de entradas do Brasil, representadas pelas expedições de Serafim da Silva Salgado, João Cameté, Manuel Urbano, Leovegildo Coelho e João Martins da Silva Coutinho.

A Província só seria instalada a 1º de Janeiro de 1852, e a Cidade da Barra tinha então 5081 habitantes, estendendo-se de S. Vicente a ilha de Monte Cristo, com alguns bairros como os de Campinas, Espírito Santo e Remédios. Compunha-se de 89 casas telhadas, 8 sobrados, 3 edifícios públicos, 12 palhoças, 35 lojas, 2 padarias, 1 botica, 2 ferrarias, 2 sapatarias, 1 marcenaria, 3 alfaiatarias, 4 cartórios, 1 igreja, a dos Remédios e 1 tipografia, que imprimiria o seu primeiro jornal o "Cinco de Setembro", a 3 de maio de 1851, posteriormente denominado "Estrela do Amazonas".

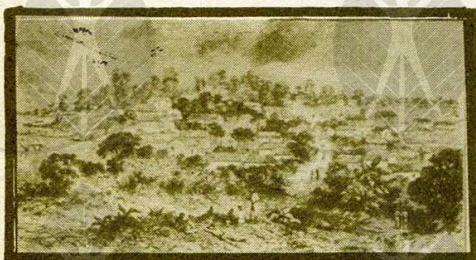
Mais tarde, pela Lei Provincial nº 68, de 4 de setembro de 1856, da autoria do deputado João Inácio Rodrigues do Carmo, receberia definitivamente o nome de Cidade de Manaus, já possuindo então 10.181 habitantes.

Apesar de ter mudado sessenta vezes de governo, a Província do Amazonas manteve-se sempre em progresso, neste período face aos avanços tecnológicos como a eletricidade, o telefone e o cabo submarino, a exigirem sempre maiores quantidades de borracha natural, produção exclusiva da bacia amazônica. Os seringais espalharam-se pelo interior; levas de migrantes nordestinos, renova dos anualmente, repovoaram os rios; o navio a vapor mantinha o transporte e a borracha era vendida sem concorrência, até que João Martins da Silva Coutinho noticiasse sobre a possibilidade da cultura da seringueira e Henry Wickham, a mando do Ministério das Índias, viesse colher as sementes originadoras das primeiras mudas do Kew Garden, depois plantadas no Ceilão.

Também o crescimento de Manaus foi constante até o evento da República. Teve a primeira iluminação urbana a gás globe, em 1858; o primeiro serviço de água canalizada, a partir da represa da Cachoeira Grande, em 1883/84; o serviço de telefones, em 1888; um Museu Botânico, em 1883 e um mercado, em 1881. No campo do ensino apareceram, além das escolas de primeiras letras, o Instituto dos Educandos Artífices, uma Escola Normal(1861), o Liceu(1869) e o Colégio Pedro II(1886). Ainda neste período foi construída a Nova Matriz, a Igreja de S. Sebastião, o cais da Imperatriz, o cais dos Barés, o cais Tamandaré, o Paço Provincial, a ponte de ferro dos Remédios, além do calçamento das ruas da Imperatriz, Flores, Manaus, Brasileira, Itamaracá, da Matriz, Frei José dos Inocentes, Barroso, Remédios, Glória, Municipal e outras, num esforço maior a partir de 1870. Pelo censo de 1872 teria 17.028 habitantes e, em 1890, no ano seguinte da instalação de regime republicano já contava com 38.720 habitantes, indicativos de uma cidade de médio porte.



Manaus, 1867



Cidade da Barra, 1848-1860

MANAUS REPUBLICANA

A República já encontrou em Manaus uma cidade formada. O dinheiro gerado pela goma elástica impulsionara o seu progresso, e a matéria prima, agora usada na fabricação de pneus para bicicletas e automóveis, iria criar um período áureo, insuperável, até 1910, ainda baseado na extração exclusiva do látex, pois os seringais do Oriente, plantados a partir de 1875, haviam fracassado, por causa da má qualidade das sementes usadas, retardando a produção.

Os impostos extorsivos cobrados pelo aparelho estatal, sobre a exportação da borracha, transformaram Manaus em uma cidade moderna, muito a frente da maior parte das capitais brasileiras. Os aterros de igarapés fizeram aparecer imensas avenidas. Grandes pontes atravessaram os mais largos. Os serviços públicos indispensáveis foram criados, complementando os já existentes bondes elétricos, maravilhando os turistas, em 1895; luz e cabo submarino, em 1896; porto flutuante, a partir de 1900; e rede de esgotos, iniciada em 1906, além de prédios públicos notáveis como o Teatro Amazonas, o Palácio de Justiça, a Biblioteca Pública, a Penitenciária e outros.

Os seringalistas, os aviadores, os exportadores, os médicos e o alto funcionalismo público também construíram residências belíssimas, ao gosto europeu, alinhadas ao longo das ruas principais, sem falarmos dos prédios comerciais sólidos e belas linhas clássicas.

Manaus vivia um clima de euforia. Possuía tudo para captar os recursos dos que vinham para diversão ou para as compras anuais, após meses de trabalho forçado na floresta. As lojas tinham sortidos estoques de mercadorias nacionais e estrangeiras, de todos os tipos e para os mais variados gostos. A

vida noturna era intensa, frequentada pelos seringueiros e seringalistas de saldo. Pensões, cabarés, restaurantes, bares, cafés, leiterias, jamais fechavam suas portas, funcionando noite e dia. A população tornara-se cosmopolita, com representantes de todas as nacionalidades, todos em busca do enriquecimento fácil ou difícil, mas possível.

Porém não existia apenas este lado boêmio e alegre de viver. Externatos e internatos rigorosos e com métodos pedagógicos modernos educavam a juventude. Uma vida intelectual animava a cidade, onde inúmeros escritores e profissionais de outros estados iniciaram suas brilhantes carreiras. As festas familiares bem frequentadas e os saraus musicais reuniam cidadãos de hábitos mais recatados. Assim, a sociedade local não era formada apenas pelos que tinham deixado as suas consciências na ilha do Marapatá.

Chegou então a época das seringueiras do Oriente entrarem em produção. As primeiras grandes partidas atingiram um mercado atônito, em 1906, acabando com a exclusividade amazônica. De ano para ano as plantações e as quantidades de borracha extraída no Ceilão, na Malásia, na Índia e na Indonésia dobavam de área e de tonelagem, tendo a seu favor uma mão de obra abundante e barata de chineses, javaneses, e indianos, grandes capitais e um clima salubre. Em 1909/1910 deu-se a grande especulação da bolsa de Londres, da qual a Amazônia sobreviveu por dois anos, enquanto o mercado não era saturado. A Grande Crise então instalada levou milhares de pessoas a abandonarem Manaus, com cerca de 2.000 casas desocupadas, uma população a míngua, cotizando-se para sobreviver, ante um abastecimento precário, agravado a seguir pela terrível epidemia de gripe espanhola, com a

elevada cifra de 6.000 mortes. Os 52.000 habitantes de 1900 haviam crescido para 85.000, em 1908, e talvez 100.000, em 1910. Agora caíam para 69.000 em 1920, e 66.000, em 1940.

Após a Grande Guerra, por algum tempo, esperou-se a recuperação do mercado da borracha. Sem esperanças de que isto acontecesse, pois os seringais orientais continuavam em expansão, embora contingenciados pelo plano Stevenson, buscou-se a salvação na exportação da castanha, das madeiras, dos couros e peles, e do pau rosa, sem maiores resultados. Tentou-se, em seguida, o estabelecimento de uma agricultura de subsistência e da plantação da juta e do timbó. Tudo em vão, diante da grande depressão econômica.

Durante a Segunda Guerra Mundial, até uma tentativa de volta à produção de borracha, num esforço de guerra mal aproveitado diante da ocupação dos seringais da Ásia pelos japoneses, foi frustrada, com o sacrifício da população nacional e o estrangulamento do comércio local.

Apesar destes insucessos, a estrutura urbana de Manaus resistiu até o final da década de 40, quando os serviços públicos obsoletos começaram a falir, sem os capitais necessários à sua renovação.

Em 1955 sopravam novos ventos. Abriram-se ruas, reorganizou-se a máquina administrativa e o espaço urbano expandiu-se. A cidade voltou a modernizar-se e a crescer, atingindo 150.000 habitantes, em 1960, e voltando a ter luz elétrica.

Foi porém a instalação da Zona Franca que alterou, em definitivo o seu equilíbrio. Grandes massas humanas do Interior dos Estados limítrofes e do Nordeste invadiram Manaus, instalando-se em favelas periféricas, englobando o centro e os bairros mais antigos. Nelas reside a mão de obra necessária

ao Distrito Industrial, empregando mais de 50.000 operários e produzindo milhões de aparelhos eletrônicos e relógios. Os serviços urbanos passaram a ser superexigidos. As suas ruas insuportavelmente congestionadas de veículos. A alimentação totalmente importada. A qualidade de vida de 1.000.000 de pessoas caiu a baixos padrões, exigindo um grande esforço de humanização. Tudo em decorrência de um ideal de progresso buscado desde a sua fundação e que exige lideranças à altura, para a solução destes problemas. Manaus é uma cidade que trabalha bastante e pouco usufrui disto. Muitas das empresas aqui instaladas aproveitaram-se da infraestrutura por nós criada; da salubridade por nós conquistada e da mão de obra aqui instalada, sem nada contribuírem para a solução dos inconvenientes gerados, sorvendo os trabalhadores necessários à agricultura dos municípios periféricos, reduzindo a agro-indústria a níveis ridículos. Acresça-se a insensibilidade dos órgãos federais, que ainda não levaram em conta o tamanho desta cidade e a importância futura da Amazônia, para o nosso País. Manaus é uma cidade que produz o que não consome e que consome o que não produz, enunciado que sintetiza um período a ser ultrapassado.

A METRÓPOLE DA SELVA

No limiar do século XXI, ultrapassando dois milhões de habitantes, Manaus é a grande "Metrópole da Selva". Seu espaço urbano ultrapassou, pelo lado leste, o Encontro das Águas, chegando ao Puraquequara. Na direção da estrada Manaus-Itacoatiara, atingiu o igarapé da ponte do Bolívia e o seu casario chegou às margens do Tarumã Açu. Do outro lado da bafa do rio Negro, alguns bairros apa-

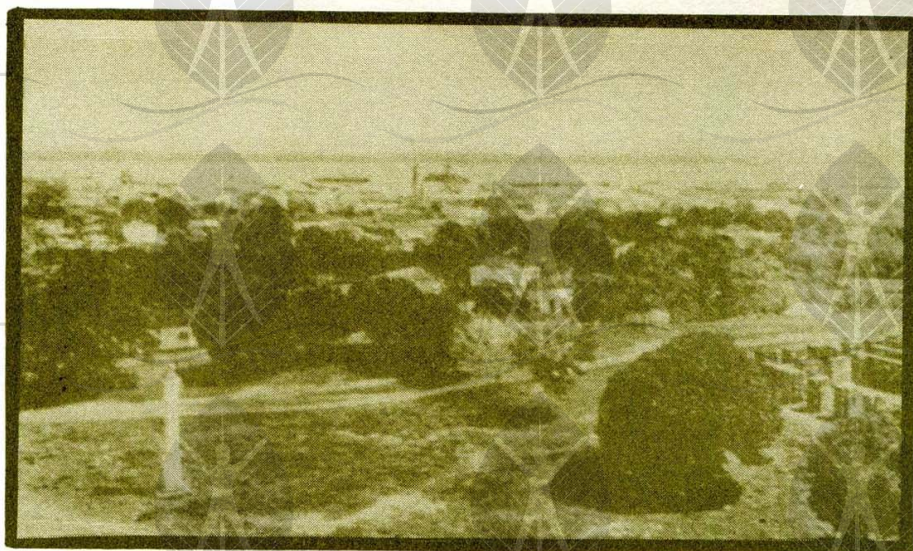
receram, ligados ao centro, por rápidos barcos, cobrindo a distância da travessia em menos de dez minutos. Largas avenidas cortam este espaço urbano, em todas as direções. Parques e praças, cuidadas com esmero, foram estabelecidas em pontos estratégicos, proporcionando lazer a uma população feliz. Uma grande malha férrea de superfície, envolvendo a periferia da cidade como outrora fizeram as linhas circulares de bondes, é o principal meio de transporte da população dos bairros mais longínquos. Novos portos especializados em grãos, minérios, cargas gerais, petróleo, estão estabelecidos no litoral. Com a descoberta de extensos campos petrolíferos, o problema energético foi solucionado, com a utilização do gás natural abundante, e do óleo, embora a energia solar e geotérmica já comecem a ter uso. Alguns afluentes da margem esquerda do Negro tiveram as suas nascentes captadas, para o fornecimento de água, uma das mais puras do planeta, sendo a sua mata protetora transformada em extensos parques, para a preservação ecológica.

As várzeas do Careiro, dos Autazes, do paraná da Eva e do Solimões, de Manacapuru ao Xiborena, adotando uma tecnologia similar a dos holandeses, tornou-se o grande celeiro produtor de alimentos e possuidor de um belo rebanho, fornecendo leite e carne em abundância, para o consumo metropolitano, sem falarmos de uma desenvolvida piscicultura, nos lagos, propiciando uma safra anual de milhares de toneladas de peixe. Nas terras firmes, ao longo da Manaus-Manacapuru, no Amatari, na Manaus-Boa Vista e na bafa

do Boiaçu, existem extensos seringais, cacauais e cafeais, além de uma fruticultura desenvolvida.

O manejo da floresta amazônica foi equacionado. Os métodos de exploração irresponsável, definitivamente abandonados. Criaram-se reservas santuários, onde a vida animal e vegetal estão preservadas, no seu esplendor original. Nas áreas de produção racional, o equilíbrio ecológico foi mantido, com a utilização da madeira das árvores adultas, logo substituídas por novas plantas da mesma qualidade, em regime de adensamento; com o aproveitamento das essências, dos frutos, das sementes e das fibras; com a manutenção da fauna, controlada dentro dos limites quantitativos desejáveis, reaparecendo a produção de couros e de peles; com tabuleiros das praias livres da depredação, voltando a exibir milhares de quelônios, em suma, adotara-se um plano do tipo Minesota, preconizado nos longínquos anos trinta.

O parque industrial voltou-se para o uso das matérias primas locais, desenvolvendo-se no sentido da produção de bens manufaturados para o consumo regional, desaparecendo a dependência externa remanescente, sorvedora de formidáveis recursos, desviados secularmente da área. Apareceu uma metalurgia baseada nas grandes reservas de minérios, aqui existentes. Criaram-se fábricas de artefatos de borracha e de madeira, para uso interno e para a exportação. A indústria eletro-eletrônica passou a ser totalmente independente, o mesmo ocorrendo com a de relógios.



Manaus, 1893



Vista geral de Manaus

A expansão da rede de ensino, tanto quantitativa, quanto qualitativamente, abrangendo os níveis técnico, cultural e científico, acompanhada da criação de escolas universitárias em grande número, dando acesso ao nível superior de ensino a maiores contingentes populacionais, elevou rapidamente o padrão cultural deles, tornando-os aptos para enfrentar os novos desafios da explosão econômica do vale.

A cultura amazonense, embora influenciada pelo grande número de migrantes aqui chegados, não estagnou, mantendo suas linhas mestras, baseada no conhecimento milenar da região, absorvendo os novos

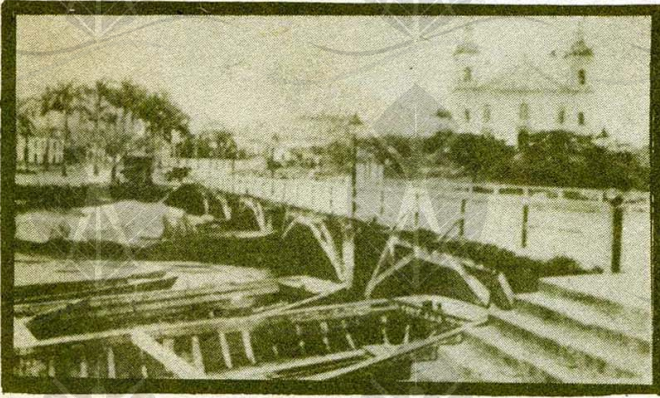
povoadores, evitando o confronto, que lhe teria sido fatal, pois as gerações anteriores souberam converter e atrair os adventícios, evitando a formação de quistos. Os que aqui chegaram com as ideias de impor uma modificação no modo de ser local, acabaram conquistados, aderindo a ele.

A laboriosa população amazonense evoluindo socialmente, livrou-se do neocolonialismo cultural, ideológico e econômico, que aqui queria implantar-se, através dos mais diferentes tipos de propaganda, criando uma nova civilização, que outras regiões equatoriais procuram imitar.

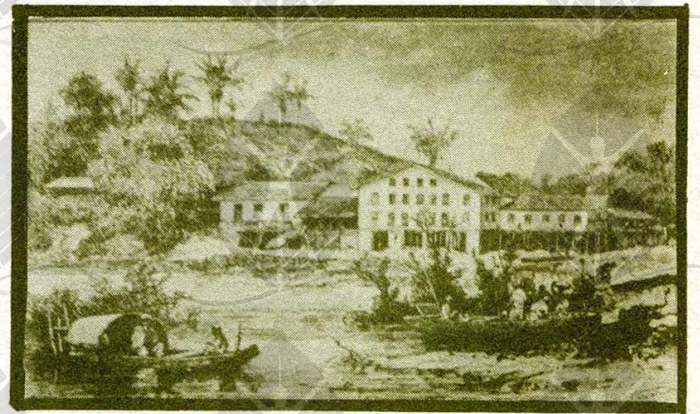
Oxalá o everso deste devaneio jamais seja cumprido!



Porto de Manaus



Igarapé do Espírito Santo hoje Avenida Eduardo Ribeiro.



Manaus, 1879-1882

ANTONIO JOSÉ SOUTO LOUREIRO



Nasceu em Manaus, no dia 6 de junho de 1940. Fez seu curso primário no Grupo Escolar Princesa Izabel, e o secundário, no Instituto de Educação do Amazonas. Bacharelou-se em Ciências e Letras, pelo Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e em Medicina, pela Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. É autor de quatro livros sobre a História regional: Síntese da História do Amazonas (1978), A Gazeta do Purus (1981), com uma segunda edição de 1986, Amazônia 10.000 anos (1982) e A Grande Crise (1986). De linguagem direta e concisa, tem abordado sobre temas importantes do nosso contexto histórico-social. O seu livro A Gazeta do Purus, apresentando dados históricos sobre a cidade de Sena Madureira e o Estado do Acre, baseados nos fatos registrados no

jornal do mesmo nome, deu novas diretrizes para a pesquisa histórica, naquela região, descobrindo um enorme filão cultural, praticamente esquecido. A Grande Crise modificou profundamente os conceitos existentes sobre o ciclo da borracha, levantando grande número de subsídios, pontos de partida para novas descobertas para a compreensão daquele fato econômico. Tem pronto para impressão "O Brasil Acreano", também sobre a vida do Alto Purus, e está esboçando um ensaio econômica, referentes ao período de 1917 até a criação da Zona Franca.

Documentário Fotográfico obtido do Livro "O VALLE DO AMAZONAS E O PROBLEMA DA BORRACHA" - Manoel Lobato - New York 1912.



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA